

Discursos possíveis do Jornalismo Ambiental em coberturas sobre as transformações nas cidades brasileiras¹

Débora Gallas Steigleder²

Resumo: Através deste artigo, objetivamos avaliar a contribuição do Jornalismo Ambiental para as coberturas jornalísticas a respeito dos impactos ambientais das transformações que ocorrem nas cidades brasileiras, muitas delas em função da realização de megaeventos esportivos. Definimos os princípios do Jornalismo Ambiental a partir de Girardi *et al.* (2012), Bacchetta (2008) e Bueno (2008) e caracterizamos seu discurso a partir da Análise do Discurso de matriz francesa, aqui representada por Courtine (2009) e Pêcheux e Fuchs (1993). Recorremos a Porto-Gonçalves (2012), Harvey (2013) e Belmonte (2004) para discutir os problemas ambientais das cidades brasileiras e avaliar como o jornalismo pode abordá-los de forma complexa, plural e transversal. Concluímos que o discurso jornalístico pode agregar em si os princípios do Jornalismo Ambiental a fim de qualificar a informação.

Palavras-Chave: Jornalismo. Jornalismo Ambiental. Cidades. Megaeventos. Meio ambiente.

1. Introdução

O século XXI evidencia à humanidade os desafios que existem na relação com o meio ambiente. As consequências das ações humanas não mais são vistas apenas de forma isolada, pois seus impactos passam a ser analisados de forma global: o crescimento das áreas de agronegócio estimula a utilização cada vez maior de agrotóxicos em nome da produtividade, o que afeta diretamente a saúde dos indivíduos e dos ecossistemas; a prática da pecuária extensiva, que exige a abertura de grandes áreas de pastagem, provoca a devastação de biomas; a extração de matérias-primas em grande escala para fins mercadológicos afeta a biodiversidade e compromete a regeneração de áreas que já se encontravam ambientalmente vulneráveis. Tudo isso ocorre em serviço a um modelo de vida insustentável, que se consolida nas grandes cidades, com a exigência

1 Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental CNPq/UFRGS, resultado da Dissertação de Mestrado *O jornalismo e a cidade em construção: o discurso ambiental do jornal Zero Hora sobre as obras da Copa do Mundo de 2014 em Porto Alegre*, defendida em março de 2015 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) e orientada pela Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi.

2 Jornalista, Mestra em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/UFRGS. E-mail: deboragallas@gmail.com.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



de produtos e serviços voltados à praticidade da rotina individual, o que gera altos índices de consumo e de emissões de resíduos.

Tal sistema também exige uma estrutura capaz de absorver as exigências e necessidades criadas pelo e para o público consumidor. A partir de condições de existência relacionadas ao capitalismo, porém, as transformações estruturais causam maior impacto à população excluída do sistema por não poder se apropriar dos benefícios produzidos. A qualidade de vida tem um preço, e o simples acesso a áreas verdes – um dos indicativos de uma rotina saudável e tranquila nas cidades – está disponível apenas a cidadãos privilegiados, já que as áreas comuns, remanescentes, dão espaço a empreendimentos voltados para a circulação desses grupos.

No Brasil, poder público e iniciativa privada, oportunizados pela realização de megaeventos nas grandes cidades, uniram-se para acelerar esse processo. A visão preponderante era a de que a realização de obras para a modernização da cidade significaria o desenvolvimento dessas regiões e a consequente atração de investimentos. Em 2013, às vésperas de duas competições organizadas pela FIFA³ em diversas cidades-sede Brasil – Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014 –, parte da população passou a questionar a utilidade das altas quantias de dinheiro público investidas para a realização desses eventos e as consequências das obras prévias para as cidades que receberiam os torneios esportivos.

Cabe ao jornalismo, através da responsabilidade em atender ao interesse público, problematizar os impactos que a ação humana causa ao meio ambiente e questionar as certezas sobre o atual modelo de desenvolvimento – em especial, no contexto de realização de grandes empreendimentos, que vulnerabilizam diversas comunidades, como foi o caso dos megaeventos no Brasil. O Jornalismo Ambiental tem entre seus princípios a abordagem sistêmica dos acontecimentos e a pluralidade de vozes, e a sua aplicação no jornalismo em geral excede as editorias, pois se trata de uma prática que visa a qualificar as informações veiculadas.

Para conceituar o Jornalismo Ambiental, partimos de Girardi *et al.* (2012), que o definem como um diálogo de saberes; de Bueno (2008), que defende o aprofundamento das discussões e a troca de conhecimentos através dessa atividade no jornalismo diário; e de Bacchetta (2008), que

³ *Fédération Internationale de Football Association*, entidade privada que congrega as federações nacionais de futebol masculino e feminino.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



destaca a missão investigativa nele existente. Neste artigo, buscamos caracterizar o Jornalismo Ambiental como um discurso a ser adotado durante a atividade jornalística, pois defendemos que princípios como a qualidade da apuração e o compartilhamento de saberes e da diversidade de olhares sobre o mundo podem contribuir para uma prática mais responsável e reflexiva do jornalismo como um todo.

2. Jornalismo Ambiental: responsabilidade na abordagem sobre cidades e meio ambiente

O Jornalismo Ambiental⁴, antes de tudo, é jornalismo. E, como tal, deve servir ao interesse público e comprometer-se com a democratização do conhecimento (BUENO, 2008). Segundo Girardi *et al.* (2012), o Jornalismo Ambiental deve ser um espaço para o diálogo de saberes, relacionado à racionalidade ambiental. Também possui caráter interdisciplinar e busca valorizar a consciência coletiva.

O Jornalismo Ambiental, como o saber ambiental, não é propriedade dos que detêm o monopólio da fala, mas deve estar umbilicalmente sintonizado com o pluralismo e a diversidade. [...]. As fontes no Jornalismo Ambiental devem ser todos nós e sua missão será sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para a relação sadia e duradoura entre o homem (e suas relações) e o meio ambiente. (BUENO, 2008, p.111).

O Jornalismo Ambiental supera a fragmentação das informações em editorias. Ele segue uma visão complexa, baseada em um paradigma emergente e questionador da lógica cartesiana de isolamento das informações em disciplinas ou áreas do conhecimento. Para Bacchetta (2008), o perfil do Jornalismo Ambiental está na investigação. Girardi *et al.* (2012, p.140) endossam a observação: “a qualidade da mediação entre as fontes e o público está relacionada ao grau de questionamento, argumentação e exploração das obviedades e consensos estabelecidos”. Desta forma, o jornalista ambiental precisa confrontar versões e estimular debates.

O problema ambiental do momento é o resultado de uma história que o jornalista deve descobrir e revelar. Deve fornecer ao leitor os elementos para entender essa história, a origem e a evolução do fenômeno. E para isso é necessário identificar os fatores que intervêm, qual foi e qual é a sua atual influência sobre o acontecimento. (BACCHETTA, 2008, p.84, tradução nossa).

⁴ Ao contrário do jornalismo, que aqui é referenciado como uma atividade, e não conceituado teoricamente, o Jornalismo Ambiental é conceituado e mencionado como um campo de saber e, por este motivo, é grafado com iniciais maiúsculas.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Para Bueno (2008, p.114), “o Jornalismo Ambiental, como o saber ambiental, não diz respeito apenas a questões complexas, que reclamam tecnologias de última geração, mas incorpora soluções simples, de dimensão local”. Bacchetta (2008) ressalta que o caminho para a sustentabilidade está na relação horizontal entre os atores sociais em nível local, que envolve troca de informações e participação direta na busca de soluções e acordos frente à problemática ambiental. Belmonte (2004, p.35) lembra que “o jornalismo ambiental não pode ser apenas informativo, tem de estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico e social”.

A sustentabilidade, por sua vez, está além de uma cobertura meramente baseada em assuntos ambientais ou relacionada à natureza em seu estado mais puro e intocável. “A concepção é outra, independente, baseada na pluralidade de vozes e na visão sistêmica, para além de uma cobertura factual ou programada” (GIRARDI *et al.*, 2012, p.137). Ou seja, o Jornalismo Ambiental pressupõe comprometimento permanente com a pesquisa de caminhos para a sustentabilidade e de soluções para os problemas ambientais, que se manifestam em nível global. É fundamental que essa apuração não ocorra somente junto a fontes oficiais e legitimadas por seu poder simbólico e representatividade social, como órgãos governamentais e universidades. O jornalista ambiental precisa entender os saberes e experiências das comunidades e grupos locais, frequentemente inferiorizados e negligenciados frente à produção científica dos ditos especialistas. Bueno (2008, p.110) ressalta que o Jornalismo Ambiental é “resultado da articulação de múltiplos saberes”.

De uma oferta de informação ambiental desconexa, a sociedade precisa ser confrontada com a abordagem sobre os fatores que, interligados, dão origem aos graves problemas socioambientais na construção da cidadania ambiental. (GIRARDI *et al.*, 2012, p.139).

Neste sentido, Bueno (2008) apresenta as três esferas de atuação do Jornalismo Ambiental: a informativa é inerente do jornalismo em geral e pressupõe a abordagem dos assuntos ambientais relevantes para a atualidade; a pedagógica diz respeito à explicitação das causas e soluções dos problemas ambientais, de maneira didática, a fim de alertar a sociedade para os caminhos possíveis para a sustentabilidade; e a política estimula a mobilização dos cidadãos em defesa dos temas de interesse público, em processo de exercício dos direitos democráticos.

Aqui, consideramos os problemas ambientais derivados de transformações nas áreas verdes



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enpja.com.br/

localizadas junto às comunidades urbanas causas de interesse para esses cidadãos e, portanto, possíveis de serem contempladas em coberturas jornalísticas aprofundadas e contínuas. Assim, o Jornalismo Ambiental tem a responsabilidade de discutir os impactos das mudanças ocorridas nessas áreas, especialmente nas grandes cidades, que passam por modificações estruturais cada vez mais intensas frente à negligência do poder público e ao interesse da iniciativa privada.

A ideia de que é preciso esvaziar as áreas urbanas numa espécie de êxodo rural ao inverso parece estar amplamente superada. A nova noção que predomina é a do direito à cidade para todos. Uma nova postura diante da realidade desafiadora é necessária. Nesse contexto, a informação ambiental de qualidade torna-se não apenas estratégica como obrigatória. Porque a questão central do Brasil e da maioria dos países continua a mesma: como garantir qualidade de vida a todas as pessoas que vivem nas cidades? (BELMONTE, 2004, p.20).

Segundo estudo de Costa, Campante e Araújo (2011) sobre os Planos Diretores dos municípios brasileiros, as questões ambientais são tratadas de maneira segmentada pelos gestores públicos, geralmente não relacionadas às demais políticas setoriais urbanas, como habitação, saneamento e desenvolvimento econômico. “Em geral, os Planos Diretores analisados tratam a questão do meio ambiente sob o prisma apenas da agenda verde, ou seja, da arborização urbana e da preservação de espaços livres e unidades de conservação” (COSTA; CAMPANTE; ARAÚJO, 2011, p.178). Segundo Vainer (2013), as cidades brasileiras são planejadas de forma a atender às exigências de investimento do capital internacional. Especialmente nos países considerados emergentes ou em desenvolvimento, a promoção de megaeventos esportivos é vista como oportunidades de atrair tais investidores. Essa ordenação do espaço urbano é possibilitada por uma gestão neoliberal promovida pelo poder público.

Descartemos o plano diretor e o zoneamento, por sua rigidez e constrangimentos ao mercado. No mundo globalizado, ensinam consultores internacionais, precisamos de competição entre cidades, de mecanismos ágeis e flexíveis que permitam aproveitar as ‘janelas de oportunidades’ (*windows of opportunities*). (VAINER, 2013, p.67-68).

Porto-Gonçalves (2012) afirma que a urbanização é um mito, pois a organização das cidades não corresponde ao ideal de civilidade esperado pela população que migra da zona rural para as áreas urbanas. Segundo Belmonte (2004), a contribuição do Jornalismo Ambiental seria a abordagem dessas problemáticas, ao mesmo tempo em que se exige uma solução junto ao poder público. O direito à cidade deve ser um direito para todos que nela chegam e nela decidem viver, e o



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



jornalismo deve tomar para si a responsabilidade em defender os interesses dessas comunidades.

De acordo com Harvey (2013), a liberdade da cidade está no direito individual de ação política e de acesso ao que se deseja naquele espaço. Trata-se, portanto de um direito humano e de uma garantia de felicidade e bem-estar. No entanto, em um ambiente dominado pela fragmentação e pelos conflitos permanentes, o desafio é recuperar o caráter coletivo do espaço urbano.

Segundo Harvey (2013), a conquista da liberdade nas cidades também envolve o enfrentamento dos problemas relacionados à acumulação do capital. No Brasil, esse processo ficou evidente durante os preparativos para a realização do megaevento Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. Conforme Tavares (2011), os megaeventos podem ser assim definidos de acordo com o número de participantes ou, mesmo que tenham curta duração, pela dimensão do processo de preparação. São, ainda, acontecimentos culturais de larga escala, que congregam interesses governamentais e corporativos com estratégias de fortalecimento da imagem de uma nação e de oportunização do desenvolvimento econômico e da modernização urbana nas regiões que os sediam.

Vainer (2013) destaca que os protestos populares ocorridos em junho de 2013 nas principais cidades do País tiveram impacto nas discussões públicas sobre a ocorrência do megaevento esportivo no ano seguinte. Apesar de os jogos terem acontecido em contexto de relativa tranquilidade – até mesmo devido ao forte aparato policial providenciado pelo poder público para a ocasião –, alguns veículos de comunicação independentes repercutiram as consequências e os desdobramentos do torneio na vida da população das cidades-sede. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), por exemplo, denunciou violações de direitos humanos durante a remoção de comunidades em localidades destinadas a obras viárias planejadas em virtude da realização do megaevento. Para Vainer (2013), há, assim, um conflito entre o conceito de cidade para os cidadãos e para os investidores. No dossiê *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Brasil*, a ANCOP também ressalta que diversas das grandes obras foram realizadas à revelia do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e com a eliminação de etapas como a realização de consultas e audiências públicas junto à população. A entidade denuncia a flexibilização dos processos de licenciamento ambiental, muitos baseados apenas no Relatório Ambiental Simplificado, para definir os impactos sociais e ambientais dos empreendimentos.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



O que temos visto na prática [...] é que os projetos já estão decididos antes mesmo de seu licenciamento e dos estudos de viabilidade. Além das pressões políticas a que são submetidos pelos seus respectivos governos, as agências ou órgãos licenciadores, sobretudo em nível estadual e municipal, são carentes de pessoal técnico qualificado e infraestrutura adequada para cumprir suas atribuições na avaliação de impactos ou para o estabelecimento de políticas públicas relacionadas. (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, 2013, p.67).

Durante os preparativos para os megaeventos, a discussão pública sobre a questão ambiental ficou restrita a casos pontuais, relacionados a conflitos isolados. Os impactos ambientais de obras e modificações estruturais nas cidades foram pouco abordados e questionados em coberturas jornalísticas sobre o torneio esportivo. Observamos, portanto, que os meios de comunicação continuam a considerar o meio ambiente como um fator isolado em relação às transformações sociais.

Belmonte (2004) ressalta que, para a mídia brasileira, o meio ambiente é pauta, mas sob abordagens exóticas. Ainda há distanciamento em relação à temática da urbanização, que é vista de forma isolada, separada dos temas ambientais. Neste sentido, o autor recomenda que os jornalistas, especialmente aqueles que atuam nos grandes veículos de comunicação, se engajem e valorizem a cobertura dos debates entre o poder público e os cidadãos a respeito do modelo de cidade que se espera. Porto-Gonçalves (2012) destaca que a existência da periferia – áreas com oferta precária de serviços, que exemplificam o processo de desruralização – confunde os conceitos sobre o urbano e o rural. Dessa forma, o autor defende que a cidade não seja mais vista de forma separada em relação ao campo. O jornalismo, por sua vez, pode incorporar esse olhar de complexidade em seu discurso e promover reflexões sobre as inúmeras relações entre ambos os conceitos.

3. Análise do Discurso e discurso jornalístico

Como aporte teórico-metodológico, a Análise do Discurso de matriz francesa une a Ideologia e o materialismo histórico à Linguística e seu entendimento da língua como um sistema e considera as determinações históricas dos processos semânticos. Pêcheux e Fuchs (1993) ressaltam que essas três correntes são permeadas pelo estudo do sujeito e do inconsciente na Psicanálise.

As condições sociais, históricas e políticas estão diretamente ligadas à produção discursiva. Inconsciente e ideologia se sobrepõem na filiação o sujeito ao discurso: segundo Pêcheux e Fuchs



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



(1993), o sujeito é interpelado pela ideologia e, devido ao inconsciente, tem ilusão de que o discurso é transparente e original. Esse assujeitamento se concretiza com a identificação do sujeito a uma determinada forma-sujeito, pois, desta forma, ele naturaliza os sentidos nela existentes.

A forma-sujeito é a formação universal da uma formação discursiva (FD), que, por sua vez, é o domínio de saber a que o sujeito pode se filiar. Pêcheux e Fuchs (1993) definem a formação discursiva como aquilo que pode e deve ser dito em uma determinada conjuntura. Courtine (2009) destaca que o discurso é permanentemente constituído por elementos exteriores, ou o interdiscurso, que se manifestam em dois aspectos. O pré-construído é relacionado às construções anteriores à enunciação e vistas posteriormente de forma naturalizada. Já o discurso transversal é aquele ao qual o sujeito recorre para articular os objetos e dar sentido ao seu discurso.

Pêcheux e Fuchs (1993) ressaltam que a FD está vinculada a uma formação ideológica (FI). As FI, por sua vez, estão relacionadas às fases históricas da luta de classes e contribuem para a definição do sentido percebido pelo sujeito alinhado à FD. Indursky (2008) classifica as modalidades de identificação do sujeito com a forma-sujeito que define a formação discursiva: a identificação envolve a superposição entre o sujeito do discurso e o sujeito universal da FD, a contra-identificação diz respeito à contraposição entre o sujeito e a forma-sujeito – sem, no entanto, haver rompimento – e a desidentificação é relativa à ruptura do sujeito com aquela forma-sujeito e ao conseqüente alinhamento com outra forma-sujeito.

Segundo Mariani (1996, p.62), o discurso jornalístico é um “discurso *sobre*”, que reordena os acontecimentos de acordo com uma linguagem específica, de modo a criar relações de causa e consequência. A autora também ressalta que a existência de rituais jornalísticos explica a pouca variabilidade nessa modalidade de discurso.

Ora, do nosso ponto de vista, o discurso jornalístico funciona regido por essas ‘relações sociais jurídico-ideológicas’: ele é responsável por manter certas informações em circulação e, com isso, contribuir na manutenção dessas mesmas relações sociais jurídico-políticas. Dito de outra maneira, a imprensa é constituída por uma 'norma identificadora', resultado da aplicação da lei, mas, ao mesmo tempo, esse discurso jurídico-político se apaga na história da imprensa, como se fosse evidente que os jornais só são veículos de comunicação. (MARIANI, 1996, p.87).

Por outro lado, o sujeito jornalista lida com uma relativa liberdade. Seu discurso é atravessado por elementos de outras formações discursivas, como a política e a econômica. Segundo



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Schwaab e Zamin (2014, p.50), existe uma “[...] concepção do fazer jornalístico como um sistema, que funciona por meio de processualidades que lhe são próprias e constituintes, sem, no entanto, serem descoladas da realidade social e nem independentes dos demais campos sociais”. Portanto, através da conduta ética que é inerente à profissão, o sujeito jornalista tem espaço para se engajar junto aos dizeres de outros domínios de saber.

Schwaab e Zamin (2014) lembram que a FD é heterogênea e suas bordas são permeáveis. Assim, o discurso jornalístico também é opaco e, se “contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado bem como na construção da memória do futuro” (MARIANI, 1996, p.64) é porque está baseado em elementos do interdiscurso. Eles são apropriados de forma a prover o discurso de inteligibilidade e antecipar as reações e exigências do sujeito leitor. Essa apropriação, apesar de seguir padronizações como os critérios de noticiabilidade e a utilização de uma linguagem objetiva, por exemplo, não impede que os sentidos fiquem restritos ou sejam controlados pelo sujeito jornalista.

O modo como o Jornalismo interage e fala sobre os demais campos tem a ver com as suas próprias características como espaço de seleção e de construção de um acervo de conhecimentos e lugar de circulação de sentidos, a partir das escolhas do que é dito e do que é silenciado, de quem participa ativamente na definição deste conhecimento e de quem não está presente. (SCHWAAB; ZAMIN, 2014, p.54).

A partir dessa brecha, acreditamos que o jornalismo possa encontrar novos caminhos para aprofundar a informação ambiental e engajar-se em uma prática social e ambientalmente responsável. De acordo com os princípios do Jornalismo Ambiental e com a compreensão de que o discurso jornalístico, como qualquer discurso, não é estático e fechado em si mesmo, defendemos que o discurso do Jornalismo Ambiental deva estar identificado com a forma-sujeito do ecologismo e da militância. Portanto, as iniciativas populares frente à privatização do espaço público (HARVEY, 2013) devem permear as condições de produção do discurso jornalístico. As três esferas de atuação do jornalista ambiental definidas por Bueno (2008) podem ser incorporadas aos dizeres jornalísticos sem que as características inerentes à atividade jornalística sejam comprometidas.

O Jornalismo Ambiental contribui para a alfabetização ecológica, como preveem Girardi *et al.* (2012). No Brasil, durante os preparativos para a recepção dos megaeventos, o desrespeito à



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



legislação ambiental denunciado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2013) foi pouco debatido pelo jornalismo em geral, cujo discurso pouco ou jamais convergia com as formas-sujeito da ecologia e do ambientalismo. Dessa forma, embora os sujeitos jornalistas, enquanto filiados à forma-sujeito predominante nos meios de comunicação, tenham tido a oportunidade de recorrer a outros dizeres do interdiscurso, acabaram silenciando as versões vinculadas a formações discursivas com menor legitimação institucional.

De acordo com Tavares (2011), o conceito de megaevento prevê a existência de um legado, ou seja, da capacidade de compensação do impacto produzido durante seus preparativos – tanto que esse argumento compõe o discurso dos governantes que defendem a realização do megaevento em suas áreas administrativas. Dessa forma, é importante que o jornalismo ressalte esses conflitos evidentes, incorpore a pluralidade de vozes envolvidas em tais acontecimentos e relacione as transformações de grandes centros urbanos com a cultura desenvolvimentista vigente, que, apesar de recorrer a soluções tecnológicas, ainda não pode ser neutralizada devido ao alcance do capital financeiro e da incorporação do discurso que o legitima perante diversas nações. O Jornalismo Ambiental, portanto, deve incentivar o advento de um discurso jornalístico desidentificado em relação a essa força normativa, propondo caminhos alternativos para o estabelecimento de um modelo de vida sustentável e verificando a real contribuição de mudanças como as ocasionadas pelos megaeventos para a sociedade em geral.

4. Para um efeito de conclusão

A partir da Análise do Discurso, sabemos que o discurso jornalístico busca ordenar e dar sentido aos acontecimentos. Para atender ao interesse público, é necessário que este discurso jornalístico consiga produzir explicações satisfatórias sobre as relações entre os eventos do mundo. Acreditamos que os princípios do Jornalismo Ambiental, que parte da transdisciplinaridade e da cobertura complexa, deem conta da exigência de explicar os fenômenos de forma aprofundada, ressaltando as relações entre os elementos em pauta.

Defendemos que os princípios do Jornalismo Ambiental envolvam a prática jornalística em geral, e que a questão das cidades seja abordada de forma sistêmica, relacionada intrinsecamente à questão ambiental. Diante do contexto de investimentos do capital internacional sobre o espaço



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



urbano no Brasil, potencializado pela realização dos megaeventos, é urgente promover o debate público sobre a qualidade de vida nas cidades, já que grande parte dos cidadãos não tem o direito à cidade que lhe é devido e, portanto, continua sem acesso aos benefícios dos grandes empreendimentos realizados nesses centros urbanos.

Neste sentido, o discurso do Jornalismo Ambiental também pode ser caracterizado pela capacidade de empoderar os cidadãos na luta por seu direito à cidade e ao meio ambiente sadio, de forma a assegurar esse mesmo direito às futuras gerações. Afinal, a informação qualificada e abrangente é uma ferramenta importante para que os sujeitos questionem os discursos relacionados ao poder, como o político, o econômico e o científico, que subjagam os saberes e experiências reunidos pelas comunidades.

O Jornalismo Ambiental, portanto, estaria imerso em um discurso capaz de questionar os dizeres mais identificados com as posições ideológicas vigentes. No contexto de aceitação política dos investimentos internacionais para a viabilidade de ocorrência de megaeventos em um país considerado “em desenvolvimento”, o discurso economicista e desenvolvimentista ainda é predominante e, dessa forma, pode ser contraposto por outras versões sobre os efeitos dos megaeventos sobre as comunidades tradicionais e em sua relação com o meio ambiente.

Como busca agregar os saberes das comunidades sobre os acontecimentos do mundo, o Jornalismo Ambiental seria um discurso abrangente e engajado com as necessidades e demandas dos cidadãos; ressaltaria as lutas pela cidadania e justiça ambiental em nível global; e dialogaria com outras formas-sujeito que se dedicam a estudar as incertezas a que a vida no planeta está submetida. A adoção desse discurso pelo jornalismo, então, asseguraria ganhos ímpares à atividade, que passaria a complementar domínios de saber diversos, provindos de diversas culturas e experiências.

Desta forma, o discurso jornalístico permitir-se-ia exercer a pluralidade que é própria das atividades discursivas, assumindo seu caráter opaco de forma honesta, uma vez que estaria posicionado junto ao interesse público e assumiria a responsabilidade em promover discussões sobre os rumos das cidades brasileiras.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



Referências

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA (ANCOP). **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.etterm.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash=f25c657ffaa0a7fbafd46669b5eec35&id=105>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BACCHETTA, Victor. El periodismo de La sustentabilidad. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (org.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. pp. 84-88.

BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: VILAS BOAS, Sergio. **Formação & Informação Ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004. pp.15-48.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (org.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. pp. 105-119.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; CAMPANTE, Ana Lúcia Goyatá; ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de. A dimensão ambiental nos planos diretores de municípios brasileiros: um olhar panorâmico sobre a experiência recente. In: SANTOS, JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (org.). **Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Cidades/IPPUR/UFRJ, 2011. pp. 173-218.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

GIRARDI, Ilza *et al.* Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, jul./dez. 2012.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia (org.). **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. pp.47-61.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (org.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova Editora, 2008. pp. 9-33.



20 de outubro de 2015 – São Paulo – SP - enja.com.br/



MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 259 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Linguística, Departamento de Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000115692>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993. pp. 163-187.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SCHWAAB, Reges; ZAMIN, Angela. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. **Vozes e Diálogo**, Itajaí, v.13, n.1, p.49-62, jan./jun.2014.

TAVARES, Otavio. Megaeventos esportivos. **Movimento**, Porto Alegre, v.17, n.3, p.11-35, jul./set. 2011.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia (org.). **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. pp.62-71.